



BANCO
INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

PROFISCO

ROP Anexo III

QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO DE DADOS PARA MACRO DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL-FISCAL

<Denominação do Projeto>

<Órgão Executor>

<Data>

APRESENTAÇÃO

FINALIDADE

Este questionário tem por objetivo coletar dados para elaboração do **Macro Diagnóstico Institucional - Fiscal** dos Mutuários participantes do **PROFISCO**.

PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário deverá ser preenchido com o apoio dos gerentes e técnicos integrantes das áreas objeto do levantamento, sob a coordenação da Equipe de Projeto do Mutuário.

INSTRUÇÕES GERAIS DE PREENCHIMENTO

Para facilitar o preenchimento, o questionário está estruturado em **quadros** agrupados por **temas**, conforme indicado no **Índice**.

Cada quadro deve ser preenchido de acordo com as descrições específicas de seus campos e atendendo às seguintes recomendações gerais:

- Caso a situação não se verifique no Mutuário, o campo deve ser preenchido com a sigla **NA** (Não se Aplica).
- Caso o dado não esteja disponível ou não possa ser apurado, o campo deve ser preenchido com a sigla **ND** (Não Disponível).
- Os campos de **valores** devem ser sempre preenchidos em **R\$ 1.000,00**.
- Os dados devem ser relativos aos dois anos imediatamente anteriores ao ano de sua aplicação, exceto quando o quadro especifique ano diferente.
- Caso o dado seja relativo ao ano em curso, esta informação deve ser inserida por meio da ferramenta Nota de Rodapé do Word.
- Notas explicativas ou comentários devem ser inseridos por meio da ferramenta Nota de Rodapé do Word.

REUNIÕES PARA ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE E COLETA DO QUESTIONÁRIO

De modo a garantir maior consistência na coleta de dados, após a remessa do questionário o Mutuário receberá a **visita do consultor do BID (Missão de Pré-Identificação)**, que realizará reuniões para análise e validação dos dados, com a Equipe de Projeto.

FORMA E PRAZO PARA REMESSA

O questionário preenchido deverá ser remetido ao consultor do BID por e-mail, antes da Missão de Pré-Identificação.

ÍNDICE

1 – IDENTIFICAÇÃO

2 – CONTEXTO E INDICADORES

- A. DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS
 - 1. Amplitude e distribuição territorial
 - 2. População
 - 3. PIB: Participação e Distribuição
 - 4. PIB: Taxa de Crescimento
- B. AVANÇOS ALCANÇADOS
 - 5. Avanços Alcançados
 - 6. Indicadores de Resultados
- C. RESPONSABILIDADE FISCAL
 - 7. Metas Fiscais (PAF)
 - 8. Requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
 - 9. Metas Fiscais – Anexo LDO
 - a. Avaliação do Cumprimento de Metas
 - b. Estimativa de Renúncia de Receitas
 - 10. Riscos Fiscais - Anexo LDO
 - 11. Relatório de Gestão Fiscal
- D. SITUAÇÃO FINANCEIRA
 - 12. Dados do Balanço
 - 13. Receita Tributária
 - 14. Transferências Correntes
 - 15. Outras Receitas Correntes
 - 16. Outras Despesas Correntes
 - 17. Investimentos
- E. BASE LEGAL E NORMATIVA
 - 18. Administração Tributária
 - 19. Administração Financeira
 - 20. Administração de Recursos Humanos

3 – PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

- F. PLANEJAMENTO E GESTÃO
 - 21. Instrumentos de Gestão
- G. TRANSPARÊNCIA E ATENÇÃO AO CIDADÃO-CONTRIBUINTE
 - 22. Prestação de contas ao cidadão-contribuinte
 - 23. Atenção ao cidadão contribuinte
- H. ESTRUTURA ORGÂNICA
 - 24. Estrutura Básica da Administração Direta (primeiro e segundo níveis)
 - 25. Estrutura Básica da Área Fiscal

4 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

- I. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
 - 26. Instrumentos de Gestão
- J. CADASTROS
 - 27. ICMS
 - 28. IPVA
 - 29. ITCMD
- K. RENÚNCIA FISCAL
 - 30. Benefícios Fiscais
- L. PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

- 31. Arrecadação
- 32. Fiscalização de Estabelecimentos e de Trânsito
- 33. Cobrança Administrativa
- M. CONTENCIOSO FISCAL
- 34. Contencioso Administrativo e Judicial
- 35. Estoque da Dívida Ativa

5 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO

- N. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
- 36. Instrumentos de Gestão
- O. CONTROLE INTERNO
- 37. Auditoria e Controle Interno

6 – ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E AQUISIÇÕES

- P. NORMAS E PROCEDIMENTOS
- 38. Instrumentos de Gestão
- 39. Cadastros

7 – ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Q. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
- 40. Instrumentos de Gestão
- 41. Desenvolvimento de Pessoal
- R. QUADRO DE PESSOAL
- 42. Carreiras Específicas da Administração Fiscal
- 43. Quadro de Pessoal Permanente da Administração Fiscal
- 44. Quadro de Pessoal Temporário da Administração Fiscal

8 – ADMINISTRAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

- S. PLANEJAMENTO DE TI
- 45. Gestão da Tecnologia
- T. PLATAFORMA TECNOLÓGICA (Hardware e Software)
- 46. Equipamentos de Informática
- 47. Sistemas de Informação

9 – INTEGRAÇÃO ENTRE PROJETOS

- U. INTEGRAÇÃO: PROFISCO – PNAGE – PMAE
- 48. PROFISCO E PNAGE
- 49. PROFISCO E PMAE

10 – ANEXOS

- V. ARQUIVOS TÉCNICOS ELETRÔNICOS
- 50. Relação de Arquivos

I - IDENTIFICAÇÃO

Órgão Executor e Sigla		UF
Endereço (Rua/Avenida, n.º, bairro)		CEP
Código DDD e Telefones		
Site		
Secretário Estadual		E-mail
Coordenadora do Projeto		Fone/E-mail
Substituto do Coordenador do Projeto		Fone/E-mail

2 – CONTEXTO E INDICADORES

A. DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS

1. Amplitude e distribuição territorial		
Extensão em km ²	% Área Rural	% Área Urbana

2. População				
<Ano>				
Total	Urbana	%	Rural	%

Fontes: IBGE

3. PIB: Participação e Distribuição			
<Ano>		<Ano>	
PIB Estadual	Participação	PIB Estadual	Participação
% Agropecuária	% Indústria	% Comércio	% Serviços

4. PIB: Taxa de Crescimento (Variação real anual)								
<Ano>			<Ano>			<Ano>		
Nac	Reg	Est	Nac	Reg	Est	Nac	Reg	Est

B. AVANÇOS E INDICADORES

5. Avanços Alcançados – Período: <Anos>	
Área	Descrição
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA	

5. Avanços Alcançados – Período: <Anos>	
Área	Descrição
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMÔNIO E CONTROLE INTERNO	
GESTÃO DE RECURSOS ESTRATÉGICOS	

6. Indicadores de Resultados		
Indicador	Valor (es) ou %	Ano
Relação entre a receita do ICMS arrecadado e o PIB Estadual		
Participação no produto da arrecadação nacional do ICMS		
Receita administrada pela Administração Fiscal		
Participação da receita administrada pela Administração Fiscal no total da receita corrente		
Outros (Especificar)		

C. RESPONSABILIDADE FISCAL

7. Metas Fiscais - Acordo PAF	<Ano>		<Ano>	
	Compromissada	Realizada	Compromissada	Realizada
Trajectoria da Dívida / RLR (%) (Valor máximo)				
Resultado Primário (Milhões) (Valor mínimo)				
Pessoal / RCL (%) (Valor máximo)				
Receita Própria (Milhões) (Valor mínimo)				
Outras Despesas Correntes (%) (Valor máximo)				
Investimentos / RLR (%) (Valor máximo)				

8. Requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - LC 101/00)	Assinalar com um “x”:	
	Sim	Não

8. Requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - LC 101/00)	Assinalar com um "x":	
	Sim	Não
Obeve recursos, a partir de 08/07/98, por meio de transferências oriundas de entidades controladas pelo Estado, inclusive empresas nas quais detenha direta ou indiretamente maioria do capital social com direito a voto, ainda que a título de antecipação de pagamento ou recolhimento de tributos?		
Assumiu compromissos, a partir de 08/07/98, diretamente com fornecedores, prestadores de serviços ou empreiteiras de obras, mediante emissão ou aval de promissórias ou carta de crédito, aceite de duplicatas ou outras operações similares?		
Os subsídios aos Deputados estão nos limites da LRF?		
O total da despesa com a remuneração dos Deputados está nos limite da LRF?		
A manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme artigo 212 da Constituição Federal, está sendo observada?		
As despesas de pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta, inclusive Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, está limitada a 60% da receita corrente líquida?		
A despesa com pessoal no âmbito estadual está dentro do limite da LRF (60% da RCL)?		
A despesa com pessoal do Poder Executivo está dentro do limite da LRF (49% do total)?		
A despesa com pessoal do Poder Legislativo está dentro do limite da LRF (3% do total, inclusive com Tribunal de Contas)?		
A despesa com pessoal do Poder Judiciário está dentro do limite da LRF (6% do total)?		
A despesa com pessoal do Ministério Público está dentro do limite da LRF (2% do total)?		
Realizou qualquer operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União?		
Está adimplente junto à União, no que se refere aos financiamentos e refinanciamentos, inclusive garantias, por ela concedidos?		
Está em situação de Regularidade com o FGTS?		
Em caso de parcelamento, o pagamento está em dia?		
Possui débitos junto ao INSS?		
Em caso de parcelamento, o pagamento está em dia?		
Possui débitos relativos ao PIS/PASEP?		
Em caso de parcelamento, o pagamento está em dia?		
Possui débitos relativos ao FINSOCIAL?		
Em caso de parcelamento, o pagamento está em dia?		
Possui débitos relativos ao COFINS?		
Em caso de parcelamento, o pagamento está em dia?		
O Projeto de Lei Orçamentária para o último ano (LOA) está compatível com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei de Responsabilidade Fiscal LRF?		
O Projeto de Lei Orçamentária para o último ano (LOA) está de acordo com o art. 4º da LRF, especialmente quanto aos anexos de metas fiscais e riscos fiscais?		
O Relatório de Gestão Fiscal de que trata a alínea "a" do inciso I do art. 55 da LRF está sendo publicado?	X	

9a. Metas Fiscais (Art 4º da LRF) – Avaliação do Cumprimento de Metas (Anexo LDO)

9a. Metas Fiscais (Art 4º da LRF) – Avaliação do Cumprimento de Metas (Anexo LDO)						
Especificação	Metas Previstas 2006	% PIB	Metas Realizadas 2006	% PIB	Variação	
					Valor	%
Receita Total						
Despesa Total						
Resultado Primário						
Resultado Nominal						
Dívida Pública Consolidada						
Dívida Consolidada Líquida						

9b. Metas Fiscais (Art 4º da LRF) – Estimativa de Renúncia de Receitas (Anexo LDO)				
Setor/Programa	Renúncia Estimada – R\$			Compensação
	Impostos	<Ano 1>	<Ano 2>	

9. Riscos Fiscais – Anexo LDO		
Área	Tema	Risco
Tributária		
Financeira – Trabalhista e Previdenciária		
Outras (Especificar)		

11 Relatório de Gestão Fiscal		
Especificação	R\$	
	<Ano>	<Ano>
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (I)		
Pessoal Ativo		
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Despesas não computadas (art. 19, 1º, da LRF)		
(-) Decisões Judiciais		
(-) Inativos com recursos vinculados		
(-) Indenizações por demissão		
(-) Despesas de exercícios anteriores		
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art.18, 1º, da LRF) – (II)		
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL		
LIMITE PRUDENCIAL (art.22, parágrafo único, da LRF) 49%		
LIMITE LEGAL (art.20, I, b, da LRF) 46,55%		

D. SITUAÇÃO FINANCEIRA

12. Dados do Balanço			
Discriminação	R\$	R\$	Evolução %
	<Ano>	<Ano>	
Receitas Correntes			
Receitas Tributárias			
Transferências Constitucionais			
Transferências Voluntárias			
Outras Receitas Correntes			
Despesas Correntes			
Pessoal			
Transferências Constitucionais	-	-	-

12. Dados do Balanço			
Discriminação	R\$	R\$	Evolução %
	<Ano>	<Ano>	
Transferências Voluntárias			
Outras Despesas Correntes			
Poupança Corrente			
Despesas de Capital			
Investimentos			
Aplicações Financeiras			
Outras Despesas de Capital			
Serviço da Dívida			
Juros			
Amortização de Capital			
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)			
Receitas de Capital			
Operações de Crédito			
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)			

13. Receita Tributária	R\$		
	2005	2006	Evolução %
ICMS			
IPVA			
ITCMD			
Outros			
Total			

14. Transferências Correntes	R\$		
	2005	2006	Evolução %
FPE			
IPI			
LC 87/96			
Outros			
Total			

15. Outras Receitas Correntes	R\$		
	2005	2006	Evolução %
Multas e Juros de Mora			
Dívida Ativa			
Outros			
Total			

16. Outras Despesas Correntes	R\$		
	2005	2006	Evolução %
Serviços de Terceiros – Pessoa Física			
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Outros			
Total			

17. Investimentos	R\$		
	2005	2006	Evolução %
Equipamentos e Material Permanente			
Obras e Instalações			
Outros			
Total			

E. BASE LEGAL E NORMATIVA

18. Administração Tributária	Sim	Não
O código tributário estadual está atualizado e consolidado?		
O código de processo fiscal está atualizado e consolidado?		

19. Administração Financeira	Sim	Não
Existe código de execução financeira estadual?		

20. Administração de Recursos Humanos	Sim	Não
O Estatuto do servidor público estadual está atualizado e consolidado?		
Existe Código de Ética do servidor estadual?		
Existe Código de Ética específico do servidor fazendário?		

3 – PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

F. PLANEJAMENTO E GESTÃO

21. Instrumentos de Gestão	Sim	Não
Existe Plano Estratégico para a gestão fiscal, com fixação de objetivos, metas e indicadores de desempenho?		
O Plano Estratégico está integrado com o Plano Plurianual (PPA)?		
O modelo de gestão está baseado no planejamento estratégico e na avaliação de resultados?		
Descrever a sistemática de monitoramento e avaliação dos resultados:		
Existe sistemática de avaliação de riscos?		X

G. TRANSPARÊNCIA E ATENÇÃO AO CIDADÃO CONTRIBUINTE

22. Prestação de Contas ao cidadão-contribuinte	Sim	Não	Frequência
As prioridades de investimento fixadas no orçamento estadual são divulgadas para a população?			
As despesas estaduais são divulgadas para a população?			
Os resultados alcançados (positivos e/ou negativos) são divulgados para a população?			
Descreva os meios de divulgação utilizados:			

23. Atenção ao Cidadão-Contribuinte	Sim	Não
Existe posto ou balcão integrado de atendimento ao cidadão?		
Existe ouvidoria fazendária?		
Qual o tempo médio, em dias, para resposta às demandas da ouvidoria?		
Existe telefone (0800) para consulta?		
Existe link no site para “Fale Conosco”?		

4 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

I. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

26. Instrumentos de Gestão	Sim	Não
Existe programa de educação fiscal?		
Existe metodologia para previsão e análise da arrecadação?		
Existe definição de metas de arrecadação e indicadores de desempenho?		
A NF-e – Nota Fiscal Eletrônica está implantada?		
A EFD – Escrituração Fiscal Digital está implantada?		
A ECD – Escrita Contábil Digital está implantada?		

J. CADASTROS

27. ICMS	Sim	Não
O cadastro está integrado com o cadastro sincronizado nacional?		
O cadastro está integrado outros cadastros?		
Quais?		
Quantidade de contribuintes cadastrados?		
Qual o tempo médio para concessão de Inscrição Estadual após a implantação do cadastro sincronizado (em dias)?		

28. IPVA	Sim	Não
O cadastro está atualizado?		
A fiscalização e a arrecadação de multas estão municipalizadas?		
Quantidade de veículos cadastrados		

29. ITCMD	Sim	Não
Existe integração entre os cadastros do ITCMD e do IPTU?		
Quantidade de Cartórios de Imóveis na capital:		
Os cartórios de imóveis estão informatizados?		
A SEFAZ tem acesso às informações dos cartórios de imóveis?		

K. RENÚNCIA FISCAL

30. Benefícios Fiscais	Sim	Não
Existe sistemática de controle na concessão de benefícios fiscais de programas estaduais de desenvolvimento?		

30. Benefícios Fiscais	Sim	Não
Existe sistemática de avaliação de impacto na concessão de benefícios fiscais dos programas estaduais de desenvolvimento?		
Quantidade de beneficiários de benefícios fiscais, considerando os programas estaduais de desenvolvimento:		
Existe sistemática para apuração da estimativa de renúncia de receita a ser informada no anexo de metas fiscais da LDO?		
Existe sistemática para apuração da renúncia de receita realizada a ser informada no anexo de metas fiscais da LDO?		

L. PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

31. Arrecadação	Sim	Não
O Simples Nacional está implantado e a arrecadação controlada?		
Os pagamentos dos tributos são efetuados <i>on line</i> ?		
Qual o tempo médio de transferência dos tributos pagos na rede bancária?	Em dias	

32. Fiscalização de Estabelecimentos e de Trânsito	Sim	Não
Existe programação para fiscalização?		
Existem critérios de seleção e procedimentos padronizados para fiscalização?		
Existe acompanhamento sistemático das ações fiscais em andamento?		
Existe sistemática de inteligência fiscal?		
Descrever os instrumentos e controles utilizados na fiscalização de estabelecimento e de trânsito:		

33. Cobrança Administrativa	ICMS	IPVA	ITCMD
Existe cobrança administrativa sistemática e informatizada de débitos vencidos?			
Existe acompanhamento sistemático e automatizado de débitos parcelados administrativamente?			
Existe inscrição sistemática na dívida ativa de débitos vencidos e não recebidos administrativamente?			

M. CONTENCIOSO FISCAL

34. Contencioso Administrativo e Judicial	Sim	Não
Existe duplo grau de jurisdição para o julgamento do processo fiscal (1ª. e 2ª. instâncias)?		
A 1ª. instância de julgamento é órgão colegiado?		
A 2ª. instância de julgamento é órgão colegiado?		
Qual o tempo médio de julgamento do processo no contencioso Administrativo? (em dias)		
O Estado utiliza procedimentos para a garantia do crédito tributário?		
Quais?		
Existe cobrança judicial sistemática e informatizada de débitos vencidos?		
Existe vinculação entre o sistema de cobrança administrativa e cobrança judicial?		
Existe acompanhamento e controle permanente das ações judiciais em andamento?		
Existe processo de execução fiscal eletrônico integrado com o Poder Judiciário?		

34. Contencioso Administrativo e Judicial	Sim	Não
Existe sistemática de acesso às informações dos cartórios de imóveis?		
Existe sistemática de divulgação dos devedores da dívida?		

35. Estoque do Crédito Tributário				
Tributo	Contencioso Administrativo		Contencioso Judicial	
	Valor Total	Valor Parcelado	Valor Total	Valor Parcelado
ICMS				
Outros				
Total				

5 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO

N. ADMINSTRAÇÃO FINANCEIRA

36. Instrumentos de Gestão	Sim	Não
Existe definição de metas para redução da despesa pública e indicadores da qualidade do gasto?		
Existe sistema de conta única para controle do fluxo financeiro?		
O modelo de gestão de fluxo de caixa permite sua utilização como instrumento de gestão financeira e de política pública?		
Existe sistema de gestão de custos, com controle e apropriação por unidade administrativa?		
Os registros contábeis são vinculados e automáticos?		
Os pagamentos a fornecedores são efetuados por depósito bancário automatizados?		
O controle e a gestão de precatórios segue normas e procedimentos padronizados?		
O controle da dívida pública está informatizado?		

O. CONTROLE INTERNO

37. Auditoria e Controle Interno	Sim	Não
Existe órgão responsável pelo controle interno?		
Existe programa e indicadores de avaliação definidos para a auditoria e o controle interno?		
Existe sistemática de análise de riscos?		

6 – ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E AQUISIÇÕES

P. NORMAS E PROCEDIMENTOS

38. Instrumentos de Gestão	Sim	Não
Existe manual de procedimentos para controle de bens imóveis?		
Existe um manual de procedimentos para as aquisições de bens e contratações de serviços?		
As licitações são descentralizadas?		
Existem exceções na descentralização?		

38. Instrumentos de Gestão	Sim	Não
Quais as exceções?		

39. Cadastros	Sim	Não
Existe cadastro informatizado dos bens imóveis pertencentes ao estado?		
Existe cadastro informatizado dos bens móveis pertencentes ao estado?		

7 – ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Q. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

40. Instrumentos de Gestão	Sim	Não
A política de Recursos Humanos da administração fiscal está atualizada e disseminada?		
Existe sistemática para atualização permanente do cadastro de pessoal fazendário?		

41. Desenvolvimento de Pessoal	Sim	Não
Existe metodologia para levantamento das necessidades de treinamento?		
Existe programa permanente de capacitação de pessoal?		
Descrever as principais características do programa permanente de capacitação:		
Existe escola estadual para o servidor público?		
Existe escola específica de administração fiscal?		X
Descrever as instalações de capacitação:		

R. QUADRO DE PESSOAL

42. Carreiras Específicas da Administração Fiscal	Sim	Não
Existem carreiras específicas da administração fiscal?		
Denominação	Órgão	Formação

43. Quadro de Pessoal Permanente da Administração Fiscal (Quantidades)							
Cargo	Regime funcional		Total	Cessão	Nível de Formação		
	Estatutário	CLT			Fundamental	Médio	Superior
Total							

44. Quadro de Pessoal Temporário da Administração Fiscal (Quantidades)							
Cargo	Vinculação			Total	Nível de Formação		
	Comissionado	Requisitado	Contratado		Fundamental	Médio	Superior
Total							

8 – ADMINISTRAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

S. PLANEJAMENTO DE TI

45. Gestão da Tecnologia				
Existe Plano Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação?			Sim	Não
Quem gerencia os serviços de informática da administração fiscal?	Secretaria	Empresa Estadual	Empresa Privada	
Comentários:				

T PLATAFORMA TECNOLÓGICA (Hardware e Software)

46. Equipamentos de Informática				
Órgãos ou Unidades	Quantidades			
	Micro	Impressora	Notebooks	Scanner
Total				

47. Sistemas de Informação			
Módulos Integrados	Próprio	Terceiros	Não possui
Sistema de consulta à legislação		ND	ND
Descreva a situação atual desse sistema, em especial quanto à integração entre os seus módulos e com outros sistemas:			
.			
Sistema de administração tributária			
• Cadastro			
• Lançamento			
• Arrecadação			
• Conta corrente fiscal			
• Cobrança			
• Fiscalização			
• Contencioso			
• Dívida ativa			
• Controle de ações judiciais ¹			
Descreva a situação atual desse sistema, em especial quanto à integração entre os seus módulos e com outros sistemas:			
Sistema de administração orçamentária e financeira			
• Elaboração do plano plurianual			
• Elaboração e programação orçamentária			
• Programação financeira			
• Execução orçamentária e financeira			
• Contabilidade			
• Tesouraria			

¹ Sistema de Acompanhamento das Ações Judiciais da PGE (manutenção da SEFAZ)

47. Sistemas de Informação			
Módulos Integrados	Próprio	Terceiros	Não possui
<ul style="list-style-type: none"> Dívida pública 			
Descreva a situação atual desse sistema, em especial quanto à integração entre os seus módulos e com outros sistemas:			
Sistema de administração de recursos humanos			
<ul style="list-style-type: none"> Cadastro 			
<ul style="list-style-type: none"> Folha de pagamento 			
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de pessoal 			
Descreva a situação atual desse sistema, em especial quanto à integração entre os seus módulos e com outros sistemas:			
Sistema de aquisições, contratos e controle patrimonial			
<ul style="list-style-type: none"> Cadastro de material 			
<ul style="list-style-type: none"> Cadastro de fornecedores de bens e serviços 			
<ul style="list-style-type: none"> Patrimônio imobiliário 			
<ul style="list-style-type: none"> Frota (SEFAZ) 			
<ul style="list-style-type: none"> Protocolo 			
<ul style="list-style-type: none"> Controle de processos 			
<ul style="list-style-type: none"> Licitações 			
<ul style="list-style-type: none"> Compras 			
<ul style="list-style-type: none"> Contratos (SEFAZ) 			
Descreva a situação atual desse sistema, em especial quanto à integração entre os seus módulos e com outros sistemas:			

9 – INTEGRAÇÃO ENTRE PROJETOS

V. INTEGRAÇÃO PROFISCO – PNAGE – PMAE

48. PROFISCO E PNAGE	
PROFISCO: Componentes e Subcomponentes	PNAGE: Componentes e Subcomponentes e Valor (R\$)
I. GESTÃO ESTRATÉGICA INTEGRADA	
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	
III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLE INTERNO	
IV. GESTÃO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS	

49. PROFISCO E PMAE	
PROFISCO: Componentes e Subcomponentes	PMAE – BNDES e Valor (R\$)
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	ÁREAS DE INTERVENÇÃO
4. Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do sistema público de escrituração digital	
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E	

49. PROFISCO E PMAE	
PROFISCO: Componentes e Subcomponentes	PMAE – BNDES e Valor (R\$)
CONTENCIOSO FISCAL	
3. Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária	
ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO	

10 – ANEXOS

V. ARQUIVOS TÉCNICOS ELETRÔNICOS

50. Relação de Arquivos		
	Sim	Não
PPA 2008/2011		
Plano Estratégico do Órgão Executor		
Relatório de Gestão Fiscal		
Relatório de Encerramento do PNAFE		
Lei Estadual Autorizativa da Operação de Crédito		
Outros (Especificar)		